



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento e Gestão
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 19 Nº 08

Agosto de 2010

A economia brasileira está superaquecida?

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil no primeiro trimestre de 2010 atingiu 9%, quando comparado com o do mesmo trimestre de 2009. Essa elevação, bastante superior àquelas registradas nos últimos 30 anos, trouxe de volta preocupações que têm preenchido periodicamente as agendas dos interessados na análise dos rumos da economia nacional: a sustentabilidade de um alto crescimento e seus possíveis reflexos sobre os preços. Essa discussão se renova, à medida que esse crescimento avança, com alguns de seus protagonistas ignorando convenientemente que já previram, lá atrás, a impossibilidade de uma expansão continuada sem aumento da inflação. Vejamos por que esses aspectos são mais complexos do que aparentam.

A crise mundial de 2008 trouxe especificidades à análise do nível da atividade que não podem ser ignoradas. O primeiro semestre de 2010 deve ser visto como aquele no qual se completa o processo de recuperação da atividade econômica, após a queda abrupta do final de 2008, que se estendeu até o início do ano passado. Nesse contexto, a retração da produção industrial de 7,4% durante todo o ano de 2009 foi revertida para um expressivo crescimento de 17,3% nos primeiros cinco meses de 2010, quando comparados a igual período do ano anterior. Entretanto o nível de atividade industrial até maio foi apenas 1% superior àquele apresentado nos primeiros cinco meses de 2008. E, embora reduzidos frente ao ritmo anterior, houve investimentos em 2009, os quais se aceleraram ao longo do ano, em um processo que adentrou 2010. Assim, a utilização da capacidade instalada na indústria, no mês de maio, embora se apresente em patamar relativamente alto, encontra-se um ponto percentual abaixo dos 85,6% registrados em maio de 2008. Ou seja, a atividade industrial

até o momento encontra-se aquecida, mas não ainda superaquecida, sendo essa uma constatação que parece poder ser estendida à economia como um todo.

Isso não significa que qualquer processo de crescimento não possua limites, internos ou externos. No caso em tela, a forte demanda interna, com as vendas do varejo atingindo níveis recordes no País, vem progressivamente minando o saldo em conta corrente, que apresenta déficit acumulado, nos últimos 12 meses até junho, de 2,13% do PIB. É um indicador a ser acompanhado, mesmo que, no curto prazo, o problema seja minorado pelo elevado nível das reservas brasileiras. Também no *front* externo, outra ameaça mais concreta advém do fato de a crise financeira mundial estar longe de ter terminado, pressagiando um segundo semestre de desaceleração na atividade econômica dos países desenvolvidos, o que pode prejudicar exportações brasileiras. Mas também aí existem efeitos positivos para o controle da inflação brasileira, em um contexto sempre ignorado pelos defensores dos apertos na política monetária. Outro aspecto é o positivo processo de acelerada geração de empregos, que fez com que a taxa de desemprego tenha recuado em jun./10 para 7,0% nas principais regiões metropolitanas. Uma queda acentuada do desemprego no segundo semestre pode disseminar situações de pressão para elevações salariais, tal qual ocorre, hoje, no segmento da construção civil, com possíveis efeitos sobre os preços. Mas, também aí, o crescimento da População Economicamente Ativa deve mitigar esse efeito. É importante ter-se em mente que o processo de crescimento capitalista é sempre desequilibrado. O fundamental é que a solução dessas inevitáveis tensões se dê em favor de uma dinâmica positiva.

Taxas de crescimento da produção industrial e das vendas do comércio varejista, uso da capacidade instalada da indústria e taxa de desemprego nas regiões metropolitanas do Brasil — 2008/10

PERÍODOS	INDÚSTRIA					COMÉRCIO VAREJISTA	USO DA CAPACIDADE INSTALADA (1)	TAXA DE DESEMPREGO (1)
	Total	Bens de Capital	Bens Intermediários	Consumo não Durável	Consumo Durável			
2009/08	-7,4	-17,4	-8,8	0,2	-6,4	6,8	85,6	7,9
2010/09 (2)	17,3	30,6	18,5	8,0	23,8	13,6	78,7	8,8
2010/08 (2)	1,0	1,0	-1,2	6,4	-1,7	16,5	84,6	7,5

FONTE: IBGE.
FGV.

(1) Valores referentes a maio/08, maio/09 e maio/10. (2) Acumulado até maio.

André Luís Forti Scherer (FEE/NEPE)

Carta de Conjuntura - Ano 19 nº 08

Importantes investimentos da FAPERGS para inovação tecnológica no RS

No último biênio, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) tem-se notabilizado por importantes investimentos para o apoio da inovação tecnológica em atividades produtivas no Estado, após um considerável período de escassos recursos, tanto para essa como para a área científica em geral.

Merece destaque o Programa de Interação Universidade-Empresa, que ocorreu em duas edições e objetivava apoiar projetos de modernização de produtos e processos produtivos em empreendimentos de cooperação entre universidades e/ou instituições de pesquisa e empresas, em todas as áreas do conhecimento. O Programa de Apoio à Pes-

quisa em Empresas (Pappe Subvenção), que aportou recursos, na forma de bolsas de P&D, diretamente para micro e pequenas empresas (MPEs) nacionais, já incorporadas em outro edital semelhante, o Inova Pequena Empresa RS, uma ação conjunta entre Finep, Sebrae-RS e FIERGS/IEL.

Por outro lado, o Programa Agentes Locais de Inovação visava capacitar profissionais de nível superior para auxiliar MPEs a acessarem informações, conhecimentos e apoio financeiro para a promoção de inovações em cadeias produtivas relevantes no RS. Com natureza similar a desse programa, cita-se o Programa de Apoio à criação ou Manutenção de Núcleos de Inovação e Transferência de Tecnologia (NITTs).

Programas da FAPERGS para apoio de inovações tecnológicas no RS — 2009 e 2010

PROGRAMAS	ITENS FINANCIÁVEIS	VALORES DISPONIBILIZADOS (R\$)
Programa de Interação Universidade-Empresa (IUE) — Edital 009/2009	Despesas de custeio e capital.	1.000.000,00
Programa para Agentes Locais de Inovação (ALI-RS) — Edital 012/2009	Bolsas para graduados em nível superior (Administração de Empresas, Ciência da Computação, Desenho Industrial, Design, Economia, Engenharias).	1.520.000,00
Programa de Interação Universidade-Empresa (IUE) — Edital 003/2010	Despesas de custeio e capital.	2.000.000,00
Programa para Agentes Locais de Inovação (ALI-RS) — Edital 004/2010	Bolsa para graduados em nível superior (Administração de Empresas, Ciência da Computação, Desenho Industrial, Design, Economia, Engenharias).	204.000,00
Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (Pappe Subvenção) — Edital 005/2010	Bolsas para graduados, mestres e doutores.	1.200.000,00
Programa de Apoio à Criação e/ou Manutenção de Núcleos de Inovação e Transferência de Tecnologia (NITTs) — Edital 008/2010	Despesas de custeio e capital, e bolsas de iniciação científica e tecnológica.	1.000.000,00

Iván G. Peyré Tartaruga (FEE/CEES)

Crescimento do PIB e poupança no BRIC

As expectativas de crescimento do PIB brasileiro têm sido revisadas para cima, sistematicamente, nos últimos meses, de acordo com as mais recentes estimativas do mercado. Segundo os dados divulgados pelo **Relatório de Mercado Focus**, do Banco Central, em 10.07.09, as estimativas iniciais eram de que o PIB se expandisse a uma taxa anual de 3,5% em 2010. O último **Relatório Focus**, divulgado em 09.07.10, estima o crescimento anualizado do PIB brasileiro em 7,2%. Assim, no prazo de um ano, a estimativa de crescimento do PIB mais do que duplicou. Isso aponta o aumento significativo da velocidade de expansão da atividade econômica no País.

O cerne da questão é que o Brasil possui uma relativa baixa taxa de poupança, como proporção do PIB: 16%, o que é pouco para as suas necessidades. Compare-se, por exemplo, a situação de Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC). A China, que tem apresentado altas taxas de crescimento intertemporal, há cerca de mais de três décadas consecutivas, tem taxa média de poupança superior a 46% do PIB. A taxa de poupança da Índia é maior do que 31%. Mesmo a Rússia, que tem apresentado crescimento econômico inferior ao da China e da Índia, tem uma taxa de poupança em torno de 31% do PIB. Isso indica que, sem elevar a taxa de poupança, não há como se sustentarem altas taxas de crescimento econômico ao longo do tempo.

Crescimento do PIB e taxas de poupança bruta no Brasil, na Rússia, na Índia e na China — 2002-08

DISCRIMINAÇÃO	BRASIL		RÚSSIA		ÍNDIA		CHINA	
	Crescimento do PIB	Poupança/PIB	Crescimento do PIB	Poupança/PIB	Crescimento do PIB	Poupança/PIB	Crescimento do PIB	Poupança/PIB
2000	4,3	13,94	10,0	36,15	4,0	25,08	8,4	36,83
2001	1,3	13,81	5,1	32,98	5,2	25,49	8,3	37,58
2002	2,7	15,16	4,7	28,72	3,8	26,74	9,1	40,30
2003	1,1	16,47	7,3	29,00	8,4	28,46	10,0	44,00
2004	5,7	18,97	7,1	30,81	8,3	31,93	10,1	46,82
2005	3,2	17,75	6,4	31,12	9,4	34,18	10,4	51,21
2006	4,0	17,99	7,7	30,94	9,7	35,77	11,6	54,07
2007	5,7	17,77	8,1	30,18	9,1	37,82	13,0	54,10
2008	5,1	17,16	5,6	31,82	6,1	37,98	9,0	54,29
Média	3,7	16,56	6,9	31,30	7,1	31,49	10,0	46,58

FONTE: Banco Mundial.

Lívio Luiz Soares de Oliveira (FEE/CIE)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./99-jun./10

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa dez./03 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (7)	
Dez./99	0,3	19,6	-	8,9	19,00	-	-	125,4	0,1	45 407
Dez./00	4,3	20,3	-	6,0	16,50	-	-	128,3	0,2	46 304
Dez./01	1,3	19,2	10,6	7,7	19,00	-	-	130,7	25,7	52 846
Dez./02	2,7	-	10,5	12,5	22,00	-	-	122,4	20,3	69 901
Dez./03	1,1	-	10,9	9,3	17,50	-	-	126,4	21,9	70 802
Dez./04	5,7	-	9,6	7,6	17,25	88,9	-	134,4	24,8	87 344
Dez./05	2,9	-	8,3	5,7	18,50	75,7	-14,8	135,5	21,3	98 306
Dez./06	3,8	-	8,4	3,1	13,25	73,8	-2,5	135,1	19,7	118 304
Dez./07	5,7	-	7,4	4,5	11,25	63,9	-13,4	141,0	21,8	143 642
Jun./08	6,0	-	7,9	6,1	12,25	59,8	-14,6	107,2	-1,5	131 067
Jul./08	-	-	8,1	6,4	13,00	59,1	-14,3	109,7	2,3	134 669
Ago./08	-	-	7,6	6,2	13,75	58,6	-17,2	110,0	0,3	133 935
Set./08	6,6	-	7,7	6,3	13,75	63,4	-6,9	108,4	-1,5	137 544
Out./08	-	-	7,5	6,4	13,75	70,6	8,8	109,2	0,8	139 816
Nov./08	-	-	7,6	6,4	13,75	70,1	8,7	120,4	10,3	130 600
Dez./08	5,1	-	6,8	5,9	13,75	74,4	16,4	148,2	23,1	145 742
Jan./09	-	-	8,2	5,8	12,75	73,1	14,8	113,8	-23,2	142 042
Fev./09	-	-	8,5	5,9	12,75	72,7	15,9	114,4	0,5	135 861
Mar./09	3,0	-	9,0	5,6	11,25	71,7	12,9	111,2	-2,8	132 168
Abr./09	-	-	8,9	5,5	10,25	69,2	9,7	110,1	-1,0	132 422
Mai/09	-	-	8,8	5,2	10,25	65,9	7,7	114,7	4,2	134 772
Jun./09	1,0	-	8,1	4,8	9,25	64,1	7,2	112,3	-2,1	136 247
Jul./09	-	-	8,0	4,5	8,75	64,2	8,6	113,3	0,9	138 421
Ago./09	-	-	8,1	4,4	8,75	62,0	5,8	110,5	-2,5	138 717
Set./09	-1,0	-	7,7	4,3	8,75	61,3	-3,3	110,3	-0,2	145 138
Out./09	-	-	7,5	4,2	8,75	59,2	-16,1	111,2	0,8	145 571
Nov./09	-	-	7,4	4,2	8,75	59,5	-15,1	122,7	10,3	148 649
Dez./09	-0,2	-	6,8	4,3	8,75	60,3	-19,0	145,0	18,2	167 400
Jan./10	-	-	7,2	4,6	8,75	61,1	-16,4	117,3	-19,1	165 388
Fev./10	-	-	7,4	4,8	8,75	61,6	-15,3	116,2	-0,9	161 879
Mar./10	2,4	-	7,6	5,2	8,75	59,6	-16,9	114,6	-1,4	158 721
Abr./10	-	-	7,3	5,3	9,50	58,7	-15,2	112,6	-1,7	160 329
Mai/10	-	-	7,5	5,2	9,50	58,8	-10,8	114,1	1,3	159 897
Jun./10	-	-	7,0	4,8	10,25	-	-	-	-	-

(continua)

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 2002 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE) (8)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (1)	Produtividade física da indústria (7)		Exporta- ções (1)	Importa- ções (1)	Transações correntes (6)	Investi- mentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)		
Dez./99	-3,13	49,7	86,06	-0,7	-	81,5	-6,1	-14,9	-4,32	4,87	-0,55	36 342	241 468
Dez./00	-3,56	48,8	92,66	6,6	-	82,7	14,7	13,8	-3,76	5,08	-1,33	33 011	236 156
Dez./01	-3,67	52,6	86,69	1,6	-10,7	80,2	5,7	0,1	-4,19	4,06	0,14	35 866	226 067
Dez./02	-3,96	55,5	93,75	2,7	-9,9	80,9	3,7	-15,4	-1,51	3,29	-1,78	37 823	227 689
Dez./03	-4,37	57,2	98,23	0,4	-6,9	81,9	21,1	2,3	0,75	1,83	-2,59	49 296	235 414
Dez./04	-4,59	51,7	106,41	8,3	-6,6	84,4	32,0	30,0	1,76	2,73	-4,49	52 935	220 182
Dez./05	-4,83	46,5	109,34	3,1	-5,1	83,7	22,6	17,2	1,58	1,71	-3,29	53 799	187 987
Dez./06	-3,88	44,0	109,65	2,8	-8,1	84,4	16,2	24,1	1,27	1,76	-3,03	85 839	199 372
Dez./07	-3,97	42,8	116,58	6,0	-8,4	86,7	16,8	32,1	0,11	2,53	-2,64	180 334	240 495
Jun./08	-4,24	40,5	129,52	6,7	0,8	86,3	18,9	43,8	-1,17	2,01	-0,84	200 827	262 429
Jul./08	-4,33	40,7	136,51	6,9	4,1	86,1	22,6	46,0	-1,25	1,96	-0,71	203 562	266 862
Ago./08	-4,37	40,5	135,10	6,4	-1,0	86,6	24,5	48,2	-1,38	2,10	-0,72	205 116	271 079
Set./08	-4,55	37,8	136,18	6,8	0,3	86,3	27,0	50,7	-1,57	2,36	-0,79	206 494	272 966
Out./08	-4,47	36,2	138,29	6,0	0,5	86,3	26,3	50,2	-1,61	2,37	-0,76	197 229	278 919
Nov./08	-4,27	34,9	122,11	4,8	-9,5	85,2	25,0	46,9	-1,57	2,32	-0,75	194 668	271 428
Dez./08	-3,68	38,4	99,40	3,1	-15,3	80,6	23,2	43,5	-1,72	2,75	-1,03	193 783	262 910
Jan./09	-3,20	36,9	98,01	1,0	1,7	76,7	19,3	37,4	-1,69	2,64	-0,95	188 102	267 486
Fev./09	-3,03	37,1	94,98	-1,0	-0,9	77,0	15,5	29,2	-1,64	2,77	-1,13	186 880	261 821
Mar./09	-2,83	40,6	111,07	-1,9	15,0	77,1	15,2	26,0	-1,50	2,73	-1,23	190 388	259 926
Abr./09	-2,55	41,4	106,45	-3,9	-3,9	77,6	13,0	19,5	-1,32	2,76	-1,44	190 546	262 113
Mai/09	-2,29	42,6	114,15	-5,0	6,5	78,7	5,1	10,7	-1,41	2,88	-1,47	195 264	264 694
Jun./09	-1,96	43,3	115,42	-6,5	1,4	79,0	-0,5	1,7	-1,28	2,83	-1,55	201 467	270 107
Jul./09	-1,70	44,0	122,93	-8,1	6,0	79,8	-7,3	-6,4	-1,25	2,71	-1,46	207 363	270 107
Ago./09	-1,54	44,0	125,56	-8,8	1,6	81,6	-12,7	-14,0	-1,22	2,51	-1,29	215 744	277 205
Set./09	-1,13	43,5	125,88	-10,2	-0,9	82,8	-18,5	-20,3	-1,18	2,16	-0,98	221 629	282 107
Out./09	-0,97	43,4	134,02	-10,6	4,6	83,7	-21,9	-25,2	-1,28	1,97	-0,69	231 123	278 426
Nov./09	-1,41	43,1	128,60	-9,7	-4,0	84,5	-23,2	-26,3	-1,41	1,89	-0,49	236 660	283 644
Dez./09	-2,05	42,8	118,28	-7,4	-5,9	84,2	-22,7	-26,3	-1,54	1,65	-0,10	238 520	277 563
Jan./10	-2,31	41,6	113,77	-5,0	-2,3	82,1	-20,5	-24,7	-1,55	1,51	0,04	240 484	279 083
Fev./10	-2,20	42,1	112,22	-2,6	-1,0	83,1	-17,8	-20,5	-1,65	1,51	0,14	241 082	281 728
Mar./10	-1,92	42,0	133,42	-0,3	14,5	83,5	-15,4	-16,7	-1,78	1,48	0,30	243 762	293 005
Abr./10	-2,15	41,8	124,78	2,3	-6,7	84,5	-13,2	-11,5	-1,97	1,37	0,60	247 292	290 690
Mai/10	-2,13	41,4	131,09	4,5	3,1	84,6	-6,5	-5,1	-1,94	1,39	0,55	249 846	299 291
Jun./10	-	-	-	-	-	85,1	-2,8	2,1	-2,13	1,32	0,81	253 114	305 447

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços de 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: Zona do Euro, EUA, Japão, Argentina, China, Coreia do Sul, Rússia, Canadá, Uruguai, Paraguai, Chile, México e Reino Unido. (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual em relação ao mês anterior. (8) Taxa mensal.

Carta de Conjuntura - Ano 19 nº 08

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — fev./08-jun./10

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (4)	Mês (5)	Acumulado no Ano (6)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (7)	CUB (R\$)
Fev./08	-	105,86	112,18	110,56	511,9	308,3	139,1	1 114,0	91,48	959,14
Mar./08	-	113,20	99,05	106,22	514,4	280,7	117,5	1 054,9	92,09	964,44
Abr./08	-	120,92	107,60	106,59	523,5	368,0	137,1	1 167,1	92,77	967,72
Mai./08	-	114,61	96,71	104,40	492,2	392,1	129,5	1 172,8	94,23	969,38
Jun./08	-	115,70	107,02	104,84	651,0	303,1	156,0	1 322,2	95,53	981,24
Jul./08	-	119,13	105,95	105,01	449,0	431,3	146,8	1 163,7	96,34	1 030,71
Ago./08	-	114,87	101,61	104,56	536,3	340,2	144,4	1 133,6	96,66	1 038,38
Set./08	-	116,12	115,87	105,73	575,8	390,2	154,1	1 278,5	96,95	1 048,99
Out./08	-	118,38	102,54	105,39	547,6	416,4	128,0	1 285,5	97,13	1 055,21
Nov./08	-	99,17	89,85	103,96	538,0	482,3	136,3	1 328,3	98,00	1 058,22
Dez./08	5,1	81,68	82,90	102,35	508,2	368,8	131,1	1 165,8	98,18	1 069,27
Jan./09	-	81,61	79,33	79,33	651,5	304,8	194,6	1 314,0	98,69	1 075,83
Fev./09	-	84,17	79,51	79,42	531,3	264,6	129,3	1 084,4	99,27	1 079,34
Mar./09	-	101,90	90,02	83,15	513,9	276,8	132,5	1 081,7	99,61	-
Abr./09	-	104,50	86,42	84,04	666,3	303,1	119,0	1 246,4	100,00	-
Mai./09	-	105,32	91,89	85,66	631,7	284,8	137,8	1 214,6	100,44	-
Jun./09	-	104,70	90,50	86,49	554,0	287,5	156,6	1 156,8	100,86	-
Jul./09	-	110,02	92,35	87,37	552,8	283,0	149,5	1 139,1	100,83	-
Ago./09	-	108,30	94,28	88,25	585,2	295,7	148,0	1 182,5	100,51	-
Set./09	-	105,29	90,67	88,52	588,3	293,8	156,1	1 200,3	100,86	-
Out./09	-	111,67	94,33	89,12	638,2	300,7	129,5	1 232,1	101,90	-
Nov./09	-	108,03	108,93	90,71	710,8	319,9	142,4	1 326,3	101,58	-
Dez./09	6,0	102,25	125,18	92,84	686,4	323,5	133,2	1 353,5	101,06	-
Jan./10	-	98,42	120,61	120,61	770,3	356,8	185,6	1 487,6	101,58	-
Fev./10	-	94,06	111,75	116,11	598,5	269,2	118,0	1 096,3	102,41	-
Mar./10	-	118,74	116,52	116,27	616,6	381,7	138,3	1 359,6	103,62	-
Abr./10	-	113,98	109,07	114,25	810,1	379,8	135,2	1 477,6	104,28	-
Mai./10	-	112,21	106,54	112,55	747,1	350,0	145,1	1 396,1	104,57	-
Jun./10	-	-	-	-	681,1	333,8	158,7	1 343,4	104,29	-

(continua)

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — fev./08-jun./10

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (2)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (3) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (1 000 US\$ FOB)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Fev./08	20 080	8,3	11,3	1 171	1 167	553 905	1 949 550	1 194 279
Mar./08	18 474	8,7	11,7	1 153	1 166	556 404	1 905 271	1 153 749
Abr./08	13 578	9,0	12,0	1 185	1 196	591 331	1 852 881	1 380 913
Mai/08	2 296	9,2	12,2	1 218	1 237	588 888	1 747 461	1 692 281
Jun./08	7 990	8,7	11,9	1 241	1 256	579 625	1 722 206	1 669 978
Jul./08	4 522	8,7	11,9	1 244	1 263	599 694	1 738 101	1 842 540
Ago./08	4 814	8,3	11,3	1 254	1 260	598 172	1 738 262	1 727 183
Set./08	10 540	8,3	11,2	1 259	1 263	570 888	1 684 761	2 553 456
Out./08	8 873	7,9	10,6	1 260	1 259	583 481	1 723 158	1 659 290
Nov./08	8 036	7,7	10,2	1 253	1 259	545 726	1 702 679	1 117 792
Dez./08	-27 678	7,4	9,8	1 235	1 230	504 271	1 821 798	1 208 892
Jan./09	2 798	7,6	10,0	1 246	1 228	370 254	1 838 172	704 515
Fev./09	747	7,8	10,4	1 268	1 253	451 763	1 869 565	876 189
Mar./09	4 734	9,0	11,7	1 277	1 276	484 699	1 925 556	883 952
Abr./09	2 935	9,7	12,1	1 259	1 272	518 975	1 878 610	1 057 077
Mai/09	-4 076	10,1	12,6	1 238	1 249	516 215	1 733 588	1 302 929
Jun./09	-1 394	9,5	12,0	1 262	1 251	521 982	1 691 489	1 879 368
Jul./09	-481	9,2	12,0	1 276	1 269	523 211	1 715 453	1 506 217
Ago./09	10 983	8,8	11,6	1 285	1 263	535 211	1 732 263	1 423 981
Set./09	14 385	8,4	11,3	1 272	1 268	537 056	1 706 000	1 405 196
Out./09	19 596	8,1	10,4	1 300	1 287	545 937	1 709 505	1 432 869
Nov./09	25 723	7,9	10,0	1 274	1 269	531 690	1 751 336	932 124
Dez./09	-11 724	7,4	9,4	1 287	1 291	563 694	1 877 984	1 831 696
Jan./10	18 877	7,3	9,7	1 259	1 256	461 302	1 959 713	838 307
Fev./10	19 718	7,3	9,6	1 293	1 278	538 312	2 034 351	875 005
Mar./10	28 254	7,7	9,8	1 301	1 273	569 857	2 089 614	1 013 270
Abr./10	20 429	7,8	9,6	1 298	1 273	-	-	1 352 478
Mai/10	9 511	7,7	9,6	1 286	1 270	-	-	1 570 958
Jun./10	7 865	7,5	9,5	-	-	-	-	1 490 528

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de maio/10. (3) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (4) Base: média de 2002 = 100. (5) Base: igual mês do ano anterior = 100. (6) Base: igual período do ano anterior = 100. (7) Base: abr./09 = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

Carta de Conjuntura - Ano 19 nº 08

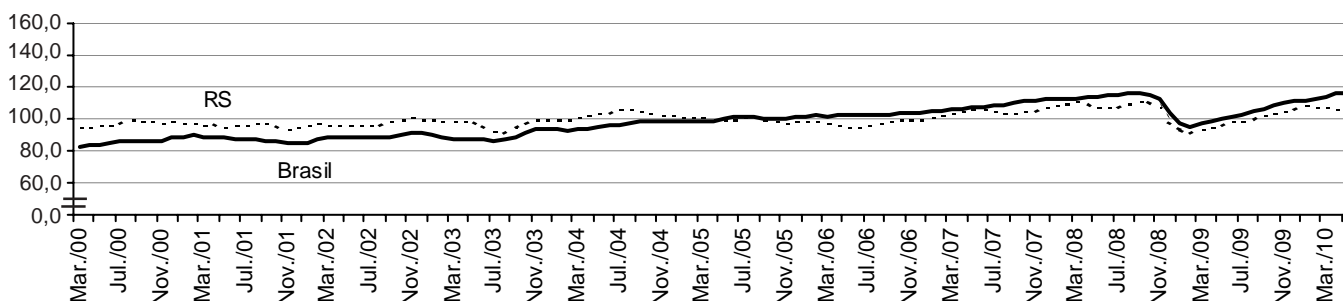
Nível de atividade da economia gaúcha desacelera

Após a forte queda do nível de atividade observada no último trimestre de 2008 e no primeiro de 2009, que resultou do agravamento da crise do *subprime* em nível mundial, a economia brasileira ingressou num processo acelerado de recuperação do nível de atividade. Entre mar./09 e mar./10, a produção nacional da indústria geral (indústria de transformação e extrativa mineral) cresceu, em média, 18,2% (anualizado), acumulando, de janeiro a maio de 2010, um crescimento de 16,5% em relação ao mesmo período do ano anterior (gráfico). De modo geral, a economia gaúcha acompanhou o desempenho da economia nacional durante e após o período de crise. Entre mar./09 e mar./10, a produção da indústria geral no Estado cresceu, em média, 14% (anualizado), acumulando, de janeiro a maio de 2010, um crescimento de 12,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Observa-se, no entanto, uma desaceleração da produção da indústria geral na margem, em nível tanto nacional como

estadual (gráfico). No País, a produção da indústria geral ficou estagnada, em abril e maio, no mesmo nível de produção alcançado em março de 2010. Esse nível, por seu turno, também é bastante próximo do nível de produção alcançado no período pré-crise (3º trim./08). No Estado, a desaceleração começou antes, de modo que, em médias móveis trimestrais, a produção se encontra estagnada desde fevereiro deste ano, num nível ainda inferior ao alcançado no período que antecedeu a crise. Embora ainda bastante incipiente, a desaceleração do nível de atividade na economia brasileira pode estar refletindo a proximidade do fim do ciclo de crescimento proporcionado pela utilização da capacidade ociosa criada durante a crise e a adoção de políticas monetária e fiscal contracionistas. No caso da economia gaúcha, soma-se a esses dois fatores a queda do volume das exportações no primeiro semestre.

Índice da indústria geral no RS e no Brasil — jan./00-maio/10



FONTE: IBGE/PIM-PF.

NOTA: Índice de base fixa com ajuste sazonal 2005 = 100; dados em médias móveis trimestrais.

Cecília Hoff (FEE/CIE)

As exportações gaúchas no primeiro semestre de 2010

O Rio Grande do Sul exportou, no primeiro semestre de 2010, US\$ 7,1 bilhões, o que o colocou em quarto lugar entre as unidades da Federação, atrás de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Comparativamente ao mesmo período de 2009, esse valor representa um crescimento de 6,5%, muito aquém do nacional, de 27,5%, alavancado pelo aumento das vendas externas de Minas Gerais (minérios) e, principalmente, do Rio de Janeiro (petróleo).

Na tabela, estão os oito principais produtos da pauta exportadora gaúcha, que, juntos, alcançaram US\$ 3,7 bilhões, ou seja, 52% do total exportado pelo Estado. Em relação aos dois primeiros, ambos com resultados negativos em termos de valor, é provável que, ao longo do ano, melhore a *performance* da soja em grão, devido à excelente safra desse

cereal, *vis-à-vis* a um atraso na sua comercialização, enquanto o resultado do fumo dificilmente será alterado, uma vez que expressa uma queda na colheita em função de problemas climáticos. Por outro lado, o desempenho positivo das exportações das carnes de aves e de suínos, bem como o dos derivados do petróleo (polímeros e óleos), deveu-se exclusivamente ao aumento de seus preços no mercado internacional. Já as vendas de calçados de couro natural seguiram a trajetória inaugurada a partir da perda de fatias do mercado externo para a China: queda nas quantidades exportadas, parcialmente compensada pelo aumento no preço do produto, graças a uma maior sofisticação na sua elaboração. Assim, dentre os produtos analisados, apenas o farelo de soja teve um crescimento derivado do volume exportado.

Valor e variação das exportações de produtos selecionados do RS — jan.-jun./10 e jan.-jun./09

PRINCIPAIS PRODUTOS	VALOR EM JAN-JUN/10 (US\$ milhões)	Δ% JAN-JUN/10 JAN-JUN/09		
		Valor	Preço Médio	Volume (t)
Soja em grão	965	-16,3	-3,5	-13,3
Fumo	678	-17,5	11,7	-26,1
Carne de aves	554	17,9	17,6	0,3
Farelo de soja	342	22,1	-2,6	25,3
Polímeros de etileno	338	31,4	48,4	-11,4
Calçados de couro natural	317	-3,5	16,4	(1)-13,9
Carne suína	262	14,5	31,5	-12,9
Óleos de petróleo	256	2,4	47,4	-30,6

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secex.

Aliceweb.

(1) Em pares.

Álvaro Antonio Garcia (FEE/CEES)

A recuperação industrial dá sinais de esgotamento

Após a forte desaceleração da produção industrial entre setembro e dezembro de 2008, o ano de 2009 inicia com uma lenta recuperação da atividade industrial. No RS, mesmo em alta, a produção da indústria de transformação permaneceu num patamar um pouco inferior ao do Brasil até maio/09, quando as taxas de crescimento praticamente se encontraram e assim se mantiveram até o final de 2009 (PIM-IBGE). O primeiro trimestre de 2010 apresentou um crescimento mais acentuado para ambas as curvas, embora tal desempenho deva ser relativizado, pois tem por base taxas negativas. Já nos meses de abril e maio, essa recuperação parece ter-se acomodado, depois do salto verificado no mês de janeiro.

Essa dinâmica de crescimento se apoia em dois pilares: o mercado interno e a exportação de *commodities*. Tanto no Brasil como no RS, as taxas de crescimento mais elevadas de 2010 foram obtidas pela indústria metalúrgica, que está diretamente ligada ao desempenho exportador promovido pelo reaquecimento do mercado global, bem como pela rápida recuperação da economia brasileira. Nos demais segmentos, como a indústria de máquinas para escritório e de informática, o bom desempenho pode ser atribuído ao crescimento da demanda interna. Da mesma forma, a indústria automobilística e a de outros bens duráveis de consumo contaram com um reforço de créditos facilitados e com descontos decorrentes da isenção do IPI. Além disso, no Brasil, o desempenho da produção de máquinas e equipamentos concentrou seus melhores resultados no segmento de bens de capital para constru-

ção, graças à elevação das encomendas tanto para edificações quanto para obras de infraestrutura (PIM-IBGE).

No RS, as taxas de crescimento mais elevadas foram alcançadas por metalúrgica básica, seguida pelas indústrias automobilística, de mobiliário, de máquinas e equipamentos e de produtos de metal. É importante salientar-se que a indústria calçadista apresentou um resultado positivo em fev./10, prosseguindo assim até o mês de maio. Isso se deve, sobretudo, ao aumento da taxa para a importação de calçados chineses.

O quadro que se vislumbrou nos cinco primeiros meses de 2010 deve ser visto com cautela, uma vez que a continuidade desse processo poderá enfrentar diversos problemas. Um desses seria decorrente do próprio aquecimento do mercado doméstico, onde poderá ocorrer um aumento da inadimplência em função da ampliação do crédito. Por outro lado, a especialização em *commodities* e os fracos investimentos privados em inovação fazem com que as exportações brasileiras concorram em um mercado onde a principal vantagem reside na redução dos custos, aumentando a vulnerabilidade da economia frente às oscilações internacionais. Ademais, a sobrevalorização da taxa de câmbio contribui para a desagregação da matriz industrial, na medida em que diversos elos das cadeias produtivas — principalmente os de intensidade tecnológica mais elevada — tendem a ser substituídos por bens importados.



FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física.

NOTA: Os dados têm como base igual período do ano anterior anterior = 100.

Clarisse C. Castilhos (FEE/NAS)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 29.07.10).

ISSN 1517-7254

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.


**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretora Administrativa: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Roberto da Silva Wiltgen e Sônia Unikowsky Teruchkin.

Núcleo de Dados: Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br
www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto. Expedição: Lisete Maria Giroto.

Revisão

Coordenação: Susana Kerschner. Revisores: Maria Inacia Flôr Reinaldo e Sidonia Therezinha Hahn Calvete.

Editoria

Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Bondanza Lopes. Conferência: Lourdes Teresinha dos Santos e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.